

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Formação humana, identidade big-data e os desafios da educação

Human formation, big-data identity, and the challenges of education

Formación humana, identidad de big data y los retos de la educación

Márcia Ferreira Torres Pereira

Universidade Federal de Goiás, (UFG-GO), Goiânia, Brasil

marcia_torres_pereira@ufg.br

Sílvia Rosa da Silva Zanolla

Universidade Federal de Goiás, (UFG-GO), Goiânia, Brasil

silvianollaufg@hotmail.com

Resumo: A reflexão crítica e autocrítica sobre a formação cultural, diante de crises mundiais de diferentes ordens, é uma exigência da realidade social e seu contexto político. Esse artigo é uma releitura da cultura moderna entre indústria cultural e cultura digital, os elementos que contribuíram para os avanços tecnológicos, formação cultural e constituição dos sujeitos. Fundamentado na teoria crítica da sociedade e na dialética negativa adorniana, questiona-se como ocorre, no contexto da realidade capitalista, a relação entre o grande salto tecnológico na cultura moderna e o potencial de humanização. O artigo é dividido em três seções e discorre sobre o conceito de progresso tecnológico, reflexões sobre a cultura moderna e as evidências do recrudescimento de uma semiformação sobre a educação.

Palavras-chave: Cultura. Educação e Teoria Crítica da Sociedade. Formação. Progresso.

Abstract: Critical and self-critical reflection on cultural formation in the face of world crises of different kinds is a requirement of social reality and its political context. This article is a rereading of modern culture between cultural industry and digital culture, the elements that contributed to technological advances, cultural formation, and the constitution of subjects. Based on the critical theory of society and Adorno's negative dialectic, the question arises of how the relationship between the great technological leap in modern culture and the potential for humanization occurs in the context of capitalist reality. The article is divided into three sections and discusses the concept of technological progress, reflections on modern culture, and evidence of the resurgence of semi-education.

Keywords: Culture. Education and Society Critical Theory. Formation. Progress.

Resumen: La reflexión crítica y autocrítica sobre la formación cultural, ante crisis mundiales de diferentes órdenes, es una exigencia de la realidad social y su contexto político. Este artículo es una relectura de la cultura moderna entre industria cultural y cultura digital, los elementos que contribuyeron a los avances tecnológicos, formación cultural y constitución de los sujetos. Fundado en la teoría crítica de la sociedad y en la dialéctica negativa adorniana, cómo ocurre, en el contexto de la realidad capitalista, la relación entre el gran salto tecnológico en la cultura moderna y el potencial de humanización. El artículo se divide en tres secciones y habla sobre el concepto de progreso tecnológico, reflexiones sobre la cultura moderna y las evidencias del resurgimiento de una semiformación sobre la educación.

Palabras clave: Cultura. Educación y Teoría Crítica de la Sociedad. Formación. Progreso.

Data de submissão: 31/05/2023

Data de aprovação: 30/06/2023

Introdução

O objetivo desse artigo consiste em uma leitura crítica sobre os aspectos da cultura digital, conceituada por Antunes e Maia (2018) como um novo ramo da indústria cultural com características específicas, sob a pretensão de ser uma cultura aberta, democrática e de individualidade plena.

Dessa forma, este artigo busca refletir sobre a formação cultural à luz da teoria crítica da sociedade, considerando a atualização do conceito de indústria cultural, termo cunhado por Adorno e Horkheimer (1985), como um fenômeno referente a aparência de admirável progresso e emancipação da experiência social pela manutenção da repetição do que foi determinado como consumo, exercendo efeitos sobre o estado de consciência e de inconsciência socialmente condicionados à adaptação cultural.

Os conteúdos ideológicos da cultura moderna à “adaptação” social e seu contexto político, aspirada por si mesma, manipulam objetos e relações sociais de produção. Considerando que a tecnologia reflete trabalho aperfeiçoado em termos materiais e humanos, solicita-se uma análise profunda acerca das mediações culturais ideológicas atuais que se colocam como instrumentos de modelagem e alienação em termos da racionalidade instituída (Adorno; Horkheimer, 1985).

Evidencia-se na cultura moderna uma multiplicidade de desafios sociais decorrentes de atividades pragmáticas, desprovidas de experiências críticas, que priorizam resultados e quantificações de toda ordem, reestruturando o mundo do trabalho a partir de critérios classificatórios como uma espécie de “chave” ao progresso, conhecimento e racionalização. Tal contexto, impede, ao modo da crítica adorniana, a realização de uma verdadeira experiência consciente e (auto)crítica (Adorno, 1994). Contudo, os fatores históricos decorrentes de tal processo alienante são encobertos pela indústria cultural que, a serviço de grande grupos econômicos, postula uma rede de comunicação que fortalece a insuficiência e a fragilidade de estudos que poderiam avançar em sua crítica (Adorno; Horkheimer, 1985).

Embora os benefícios obtidos com a quantificação de dados sejam inerentes ao desenvolvimento histórico e consideráveis até certo ponto substanciais à ciência, Mau (2019) esclarece que há também problemas significativos, isto é, as contradições presentes nesse processo, exigindo maior atenção e escrutínio crítico. Frente ao aceleração da metrificação, também denominada por Dueck (2013, p. 37) de “omnimetria” – ou medida universal, ressalta-se que as atribuições quantitativas contribuem para reiterar os mecanismos ideológicos que exercem de modo aparente e imediato a compreensão das desigualdades. Assim, por meio de comparações, até então incomparáveis para justificar e determinar contextos hierárquicos, o número é o

principal agente à padronização métrica, demonstrando funcionalidade na institucionalização da política e dos mercados.

Em virtude da disponibilidade de dados estatísticos que determinam a realidade, desenvolve-se uma espécie de dispositivo para o exercício da competição direta entre os indivíduos. Nesse campo específico, a classificação se encontra no âmbito da avaliação e determinação do valor social, constantemente voltados à retroalimentação dos níveis de satisfação dos consumidores e de novas práticas de automonitoramento para a difusão de formas atualizadas de concorrência e otimização.

De acordo com Antunes e Maia (2018), o efeito social da cultura digital abrange os modos de produzir a vida devido à recepção de seus conteúdos cuja forma não se apresenta determinada e absoluta, pois responde a uma determinação aparente com recursos extraídos de seus preceptores. Os efeitos da cultura digital dependem, segundo Sichman (2021), muito mais dos mecanismos de difusão, de controle estatístico obtido por uma sequência de comandos sistematicamente planejados com instruções ou operações para alcançar um objetivo denominado de algoritmo.

Segundo Mau (2019), os algoritmos são utilizados como mecanismos direcionados ao empreendimento de fórmulas e métodos administrados, prometendo compensações como uma espécie de “vivência real” aos consumidores da cultura, que se deparam com um sistema de estímulos de

toda ordem, manipulando escolhas, formas de pensar e de agir. Por isso, trata-se de um efeito cumulativo, sobretudo visando a forma padronizada sob a aparente individualidade, alimentada por conteúdos e procedimentos de controle de adequação e inadequação à nova ordem midiática.

Esses procedimentos, observados por Adorno e Horkheimer (1985) na década de 1940, já denunciavam que os efeitos de massa produzidos por essa indústria cultural deveriam constituir objeto para uma educação crítica e autocrítica devido aos mecanismos encobridores de sua intencionalidade. Importa salientar que, embora os modos de produção e de pensar a vida social se modificam historicamente, é emergente refletir sobre os elementos que se manifestam contrários a uma forma de práxis que promete liberdade e emancipação dos sujeitos, encobrindo a fixidez dos ordenamentos sociais dominantes sob a aparência de liberdade. A ideia de desenvolvimento, ligada a projeção de poder é contraditória, pois o expansionismo midiático é inerente ao processo de acumulação capitalista que sugere, ao mesmo tempo, uma propaganda anticapitalista ao afirmar a cultura digital como a que fornece bens, serviços, valores de uso, possibilidade do consumo e acesso indiscriminado às massas.

Adorno (1995a) reconhece os avanços na educação até determinado ponto em termos da humanização, mas ao se associar à cultura e a tudo o que a ela se associa, contraditoriamente, se mantém como educação para a

adaptação social e das convenções, da administração, da integração e da manutenção de uma racionalidade instrumentalizada. Sendo assim, entre o seu potencial e seu empobrecimento, a educação crítica é necessária, sobretudo para abarcar as análises objetivas dos conteúdos produzidos pela cultura moderna, dos mecanismos específicos e estruturais de efeito sobre a formação.

Justifica-se, portanto, nesse primeiro momento a necessidade em compreender a primazia e o acirramento da técnica na modernidade sobre o sujeito, assim como as consequências para o seu desenvolvimento com vistas a ideia de progresso e de suas implicações sobre a cultura digital na sociedade contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos seus efeitos na formação dos sujeitos. O fato de a cultura moderna pressupor uma outra lógica que, segundo Adorno (2020b), se constitui como um setor administrativo do entretenimento, faz com que ela se distingue da que se opõe à administração: “Ela gostaria de ser tudo aquilo que há de mais alto e puro; aquilo que, sendo intocável, não foi modelado por quaisquer critérios técnicos ou práticos. Na linguagem da formação humanista isso se chama autonomia” (p. 242).

Caberia, então, indagar se a atual cultura contemporânea, incluindo a denominada cultura digital, não traria as marcas da falsa consciência que se tornou mais sofisticada, uma vez que a adaptação dominante foi historicamente consolidada por uma cultura mensurada com estímulos e informações incompatíveis com o próprio

conceito de cultura. Faz-se necessário refletir a dimensão da cultura digital que se apresenta como um meio de forte integração social em “rede” de difusão de seus conteúdos.

A educação, conforme cita Adorno (1995a), se estende a todos os objetos possíveis pelo seu caráter multidisciplinar, que compõem a reflexão filosófica necessária à formação da consciência e à efetiva mediação na própria coisa. A questão que se dirige à formação diz respeito aos produtos do espírito, de como momentos da estrutura social, posições, ideologias impõem-se sobre a educação para que, com criticidade, possa saber o que está sendo comunicado pela cultura e que tipo de experiência a formação pressupõe.

A força que a indústria cultural exerce sobre a realidade se ampliou com a cultura digital, assim como seus efeitos no comportamento dos sujeitos. Antunes e Maia (2018) ressaltam a dimensão que alcançam as suas mensagens imediatas sugerindo, portanto, a relevância da análise sobre seus impactos, pois por mais reificadas que sejam, as mínimas diferenças do sempre igual permanecem abertas com possibilidade de diferenciação em relação ao todo.

Com efeito, para tratar dessa temática esse artigo está dividido em três partes, considerando inicialmente o conceito de progresso tecnológico e seus desdobramentos; no segundo momento os redimensionamentos da cultura moderna em indústria cultural e cultura digital; e, por último, uma reflexão sobre os desafios da educação numa

perspectiva emancipatória diante da cultura digital. Isso significa que a relação entre educação e cultura precisa ser refletida.

Como referenciais teóricos e bibliográficos retoma-se o texto de Antunes e Maia (2018) “Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural”; dialogando com Adorno e Horkheimer (1985); Adorno (1973; 1995a; 2009; 2020a; 2020b); Benjamin (2012); Freud (2010); Hobsbawm (2005); Kant (1987); Koselleck (2020); Mau (2019); Zuin (2001; 2015).

Contexto histórico do progresso tecnológico e seus desdobramentos na cultura

A sociedade industrial moderna registra marcas do progresso que, segundo Hobsbawm (2005), foi compreendido ideologicamente como um processo técnico e social aliado ao potencial efetivo e positivo na realidade e, portanto, é um conceito que registra efetivas mudanças acríicas na sociedade como um todo. Como conceito-chave histórico, em termos ideológicos, tem dimensão mistificada como progresso da humanidade. Os avanços já indicavam a possibilidade de não se viver sem a tecnologia e que se manifestaram ao longo dos anos de diferentes formas.

Assim, se por um lado a cultura está ligada ao progresso entendido como um benefício a serviço da vida proporcionando novas possibilidades, por outro lado, seu domínio promoveu, segundo Adorno (2020b), o habitat

coercitivo e escamoteado com identidades universalmente programadas, produzidas por efeitos manipuladores que alcançam as subjetividades, oferecendo aparatos e meios técnicos como se fosse uma “janela de sentidos” e de poder irresistível suscitado pela dialética do progresso.

A cultura digital visa o engajamento dos sujeitos e, nesse sentido, a autoridade reside nesse apelo de engajamento utilizando estratégias e truques estandardizados completamente objetivados e convertidos em autoritarismo. E, não sendo possível objeção, exige identificação dos indivíduos para atendê-la. A adesão da maioria conta ainda com determinantes psicológicos da ideologia a partir das necessidades emocionais dos indivíduos.

Para Adorno (2020a), a aparente segurança que promove a adesão da maioria tem como base potenciais antidemocráticos para esse engajamento. O apelo à personalidade fixada numa ordem determinada e autoritária nutre essa personalidade a partir da habilidade dos meios propagandistas baseados nos meios racionais para fins irracionais e assim, seus meios técnicos se sobrepõem às finalidades sociais.

Em decorrência dessa universalização, o progresso assume lugar determinante e ressalta a inversão entre sujeito e objeto. Esse conceito de progresso conquista seu significado singular e dominante ao alcançar as esferas políticas, econômicas, científicas, educacionais e culturais

promovendo uma racionalidade instrumentalizada na sociedade administrada em escala global (Adorno, 2020b).

Com efeito, compreendida como potencial ideológico da cultura dominante que se manifestou como núcleo central, seus mecanismos exerceram mudanças na formação dos sujeitos do século XX e as dimensões desse vínculo histórico são destaques nas obras de Adorno e Horkheimer (1973) ao afirmarem que a ideologia “como consciência objetivamente necessária e, ao mesmo tempo, falsa, como interligação inseparável da verdade e inverdade, que se distingue, portanto, da verdade total tanto quando da pura mentira, pertence senão, unicamente à nossa sociedade [...]” (p. 190-191).

A crítica à ideologia está relacionada ao poder existente e aos conhecimentos produzidos para sua manutenção. Sua falsidade, associada ao trabalho industrial, tornou o modelo da sociedade e evoluiu para uma totalidade do ofuscamento das contradições entre opressão e liberdade justificadas pelo que se denominou progresso.

Embora grandes avanços tenham fomentado mudanças sociais, em especial na cultura do século XX, há evidências de um denominador comum – o aspecto virtual que se expandiu, em que Adorno e Horkheimer (1985) afirmam a existência de mecanismos como:

[...] o levantamento estatístico, a catalogação, a classificação que introduz a cultura no domínio da administração. Só a subsunção industrializada e conseqüentemente é inteiramente adequada a esse conceito de cultura. [...] essa subsunção realiza ironicamente o conceito de cultura unitária [...] (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 108).

A existência do discurso ideológico e persuasivo da cultura moderna se fez presente impedindo autonomia dos sujeitos sob a força dos mecanismos da indústria cultural, sendo a ideologia expressão paradigmática da realidade com definições e representações padronizadas.

Para Zuin e Zuin (2001; 2015), se essa cultura aparece como um fenômeno novo e necessário à manutenção da estrutura social, ela se mantém e se acirra sugerindo que os seus conteúdos sejam nivelados à altura da denominada revolução microeletrônica, pela intensificação da produção digital em diferentes mídias. Esse nivelamento, instigado pela monopolização do poder abarca as esferas do público e do privado, cuja recomendação é nada mais do que a vinculação à autoridade soberana desse poder como sendo de interesse universal da sociedade.

Os indivíduos submetidos às condições de reprodução da racionalidade tecnológica são conduzidos pela imposição à adesão e às ilusões que estas proporcionam, posto que o suporte ideológico conserva, segundo a obra “Dialética do Esclarecimento”, “[...] a dominação cega e progressiva, se

transforma em engodo das massas, isto é, um meio de tolher a sua consciência” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 99).

Surge um aparato socialmente produzido capaz de transformar a realidade em ambiente simbólico que encobre os conflitos existentes. Pela forma sedutora com que são oferecidos os produtos, incluindo a publicidade, os sujeitos são induzidos a negarem a realidade como também a si próprios.

Para Adorno (1995b), diante da dimensão da rudeza que se esconde, justificada pelos comportamentos de autopreservação dos indivíduos sociais, a generalização dos discursos engendram conformação. Esse distanciamento de si mesmo, cada vez mais intenso, é “alimentado” e promovido pelos mecanismos culturais que sustentam as defesas e a adaptação dos indivíduos em seus modos de vida.

No curso dos acontecimentos históricos intervêm condições alienantes e fatores determinantes que, em diferentes níveis e épocas, se estendem guiados por seus respectivos projetos de poder político e econômico. A importância da experiência crítica reside na diferenciação entre as representações entendidas como conceitos e a oportunidade de conhecer o encoberto, as contradições. A reflexão fomenta questões para que, ao se deparar com conflitos, seja capaz de buscar caminhos para ressignificar o que foi atravessado pela realidade.

Nesse sentido, Antunes e Maia (2018) destacam: “A indústria cultural, ao oferecer um mundo padronizado e um

rol de pensamentos estereotipados e em bloco a seus consumidores, os havia privado da possibilidade de exercer uma escolha para além da imitação de padrões dentro de um comportamento de massa” (p. 190).

A análise sobre a indústria cultural na atualidade feita pelos autores refere-se à ausência da experiência formativa, cujo fenômeno tem algo de oculto, o essencial dotado de sentido é substituído pela aparência, posto que as escolhas realizadas pelos sujeitos são realizadas por opções culturais sugeridas e adesão compulsória entre os sujeitos. O que cada um toma para si ou expulsa de si tem muita conexão com o investimento da autonomia sob as condições da heteronomia, posto que o aparato que define a autonomia é fundado no que é útil e lucrativo.

Redimensionamentos da cultura: indústria cultural e cultura digital

Considerar as leis de movimento dialético da sociedade, sobretudo aquelas que expressam a origem da situação presente e a sua tendência, não significa considerar somente os fatos ou as evidências históricas, ou ainda, as manifestações sociais isoladas, muitas vezes universalizando o particular. Ao contrário, requer uma prática plena de sentido crítico quando se analisa, em princípio, as relações sociais estruturais, as tendências, as formas de controle e poder no âmbito da sociedade vigente,

sem permanecer limitada a questionamentos meramente particulares.

Para Adorno e Horkheimer (1985), contraditoriamente a uma formação humanizadora, a sociedade tem como prioridade o lucro. À efetivação do consumo para corresponder a essa prioridade, os sujeitos sociais são classificados como clientela. O sujeito das necessidades encontra-se muito além de qualquer imaginação ingênua, não apenas a partir do estágio técnico das forças produtivas, mas das relações econômicas.

Nesses termos, a sociedade não é socialmente neutra e precisa ser compreendida a partir de um conceito funcional e não mais como um somatório de pessoas que vivem numa mesma época ou num mesmo período. Ademais, deve ser considerado outro aspecto, o modo como as pessoas existem para as outras e como são determinadas mediante o que fazem, mediante a relação que reina entre elas.

Esse desdobramento referente à relação entre tecnologia, cultura e sociedade da troca tem uma relação com o conceito de indústria cultural. Isso significa dizer que ao estudar os objetos nunca deve-se perder de vista a sua materialidade histórica. Para Adorno, “o conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte [...]” (Adorno, 2009, p. 141-142).

Se os conceitos sofrem suas modificações históricas, ainda que a história não se esgote no modo pelo qual é concebida conceitualmente, ela também não pode ser pensável sem essa apreensão conceitual. Cabe ressaltar que algo poderá ocorrer, sendo singular e novo, mas nunca é tão novo a ponto de não ser viabilizado por condições sociais preestabelecidas a longo prazo.

Com efeito, se são necessários os conceitos para reunir experiências e integrá-las à vida, como se referiu Kant (1987), “sem retirar da própria experiência o exemplo da sua conexão, cairíamos em puras quimeras” (p. 269), então, se não há experiências sem conceitos e não há conceitos sem experiências, a temporalidade e a repetição do conceito não devem ser compreendidas constante e linearmente, mas devem considerar as estruturas temporais e o seu movimento dialético.

A atualidade do conceito de indústria cultural, que se expandiu para cultura digital, remete à resultados da história social. Para não perder de vista que a diferença entre a realidade desaparecida e os seus testemunhos linguísticos jamais podem se tornar uma suposta identidade, seria, então, importante perguntar qual é o estado de coisas que a indústria cultural apreendeu e qual o estado de coisas que mudou para que o sujeito se esquivasse desse conceito, utilizando cultura digital? Como a realidade em transformação precisa ser apreendida e conceituada de um novo modo se sua estrutura propõe os mesmos princípios?

Entrementes, com o avanço da indústria cultural, os conceitos históricos fundamentais utilizados para a mudança das condições existentes que se faziam desejáveis, necessários e obrigatórios, são elevados a um alto grau de generalização, fruto da ideologia e suscetíveis à ideologia de todo tipo, fomentando uma espécie de democratização dos conceitos que não mais se constituem com base na experiência, mas cunhados em sua imediaticidade. Assim, a experiência real é cada vez mais determinada por fatores sociais e políticos que fogem à experiência concreta.

A exigência de organização e de escolhas da vida individual e coletiva encontram-se em suspense com a possibilidade de indagar sobre quais seriam as referências simbólicas e da própria vida que os sujeitos poderão se apoiar. A imagem fetichizada proporcionada pela indústria cultural remete ao que Freud (2010) chamou de uma “fissura narcísica com a fantasia de um Eu onipotente” (p. 46), que promove a possibilidade de ser e de se conhecer como também de se submeter aos imperativos da realidade, exigindo padronização velada e configurada como modelo de liberdade no espaço público.

A indústria cultural, como refere Antunes e Maia (2018, p. 191), é “fruto do esclarecimento e de todo progresso tecnocientífico por ele fomentado, e amplamente voltada para manter a todos em um estado de falsa consciência necessária para a manutenção de necessidades econômicas”. A cultura digital, como um dos desdobramentos da indústria cultural ou a sua apologia, se

apresenta com um aparato que encobre ainda mais a contradição ao ressaltar a aparente liberdade. Esta cultura se fortalece por mecanismos tecnológicos continuamente mais avançados, reiterando ideologia própria como a indústria cultural se manifestou a partir da publicidade. Por isso,

[...] é evidente a necessidade de avaliar e considerar os desenvolvimentos tecnológicos no campo da comunicação, que teriam o poder de alçar os usuários das novas máquinas digitais ao nível de consumidores-produtores, superando a suposta passividade dos espectadores da indústria cultural em meados do século XX (Antunes; Maia, 2018, p. 191).

Essa ideia de liberdade apresentada sob formas padronizadas de comunicação, pressupõe a ideia de democracia associada a formas limitadas da experiência para não dizer a efetivação da conformação naturalizada de uma pseudo liberdade. Ao comprometer a formação cultural, que deixa para trás parâmetros da experiência, a compreensão de universalização da semiformação (*Halbbildung*), como ressalta Zuin (2001), contraria a práxis de resistência no processo de debilitação da individualidade.

É digno de nota a existência da contradição entre a evidência histórica desde o Iluminismo, em que se ampliaram conhecimentos para o aperfeiçoamento da razão e o estado de falsa consciência necessária para que fosse realizado o progresso. Sendo assim, se o conhecimento

estava ideologicamente a serviço da formação, do esclarecimento e da emancipação, então, ainda assim o conceito de progresso deveria ser compreendido em uma ação consciente, em que os sujeitos estivessem cientes de sua tarefa de promovê-lo e modificá-lo.

A exemplo da ausência de experiência formativa, a cultura digital se destaca ainda mais ao que é imediato, útil e sem criticidade, Antunes e Maia (2018) apresentam a expressão *Big Data*, definida por Mayer-Schönberger e Cukier como “a capacidade da sociedade de aproveitar a informação de formas novas, para obter percepções úteis ou bens e serviços de valor significativo” (p. 192). Os autores citados esclarecem:

No lugar de teorias que explicariam os acontecimentos buscando generalizar resultados a partir de amostras, o processamento dos dados trabalha com a análise da frequência, na busca de **padrões, visando obter previsibilidade**. Nesse sentido, o Big Data **não busca nenhuma explicação do porquê as coisas acontecem, apenas o que acontece**, forçando a sociedade a abrir mão de “parte de sua obsessão pela causalidade em troca de meras correlações” (Mayer-Schönberger & Cukier, 2013, p. 18, apud Antunes; Maia, 2018, p. 191, grifo nosso).

As possibilidades de experiências formativas fomentadoras de questões, de dúvidas para instigar o pensamento à reflexão, atuam decisivamente na formação de consciências e, não por acaso, a cultura digital visa a

necessidade desse apagamento. O objetivo é manter a alienação e o controle dos usuários, liquidando a memória, o tempo e a lembrança como se fossem uma espécie de resto irracional. Por isso, segundo Adorno (1995a),

[...] a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem [...]. Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete uma lei objetiva de desenvolvimento (p. 33).

Nesse contexto, quem realmente exerce o poder econômico e político segue observando os indicadores econômicos e parâmetros de desempenho para ganhar ascendência e seguir as percepções de valor que devem prevalecer e manter os novos ambientes competitivos, observando a habilidade particular do poder algorítmico para evitar a questão da legitimidade e reforçar os interesses comerciais.

Para Mau (2019) o recrudescimento da quantificação e seus efeitos retratam a racionalidade administrada, destacando padrões profissionais, criação de falsos incentivos devido a indicadores de metas e desperdício de tempo que somam a outros recursos para a intensificação da concorrência. A relação entre quantificação e controle conta com o aumento da vigilância acompanhada pela prometida transparência dos números e confere o alto nível

de engajamento popular exigido pela quantificação; a vigilância não só vem de fora como os próprios indivíduos ajudam a conduzir tais procedimentos.

Ao analisar a reputação dos dados de *status* convertidos em moedas sociais, a sociedade quantificada encontra-se engajada ao estabelecimento de diferenças entre os indivíduos associadas a vantagens e desvantagens. Há um regime de desigualdade que se expande ao lado do crescente poder dos números, passando do conflito de classes para a competição individual e esse aspecto consiste em um desafio para se pensar a educação.

Desafios da educação diante de uma cultura digital

A padronização que se impõe e a ausência da experiência e, portanto, da crítica e da autocrítica é suficiente para pensar os desafios que se apresentam à educação. Adorno (2009) confere a essa mudança a primazia extrema da técnica, que modela o pensamento e faz com que este se volte contra o seu sentido, contra aquilo que é próprio da reflexão:

O que é diferenciado aparece como divergente, dissonante, negativo, até o momento em que a consciência, segundo a sua própria formação, se vê impelida a impor unidade: até o momento em que ela passa a avaliar o que não lhe é idêntico a partir de sua pretensão de totalidade. Isso é o que a dialética apresenta à consciência como contraditório (ADORNO, 2009, p. 13).

Essa formação cultural poderia transpor os mecanismos de dominação da indústria cultural, que fornecem a aparência de admirável progresso e a falsa emancipação da experiência social. Conforme Zuin (2011), “dificulta-se a sobrevivência do pensamento crítico numa sociedade em que os indivíduos se transformam em “caixas de ressonância” de mensagens que seduzem pelo incentivo da integração [...]” (p. 11). Mas é fundamental que a educação para a emancipação possa empreender momentos de reflexão para esclarecer e compreender as condições culturais e políticas que se apresentam e que precisam ser enfrentadas no seu próprio terreno, contrapondo-se a impossibilidade de reflexão crítica com uma força decisiva da razão, com a verdade não ideológica presente na educação para a adaptação e identificação com a cultura.

A consequência do esquecimento gestado pelas formas de identificação à adaptação do instituído socialmente não corresponde ao que chamamos de educação para a emancipação, pois arrisca fixar de modo imediato os

valores, as condutas e os conceitos. Porém, se ainda é possível realizar uma experiência crítica, então, observa-se que é necessário uma educação que seja crítica e que a chamada cultura digital, ao possibilitar a manutenção da integração, mantendo todas as pessoas “conectadas” ao mesmo tempo, formando uma massa virtual agora sem uma ordenação piramidal – sem alguém que decide, “a rede” que alimenta a falsa ideia de democracia e encobre o que existe nessa forma de sociabilidade, precise realizar autocrítica assim como a Comunicação e a Educação para se constituir sujeitos políticos.

A “rede” se caracteriza pelo encontro com muitas pessoas que entram em conexão como nova forma de sociabilidade de modo *on-line* e tem como metas, citadas por Antunes e Maia (2018): “[...] Individualismo, consumo, dificuldade de aceitação das diferenças são algumas das marcas da Tecnocultura – termo usado por Sodré (2010) para caracterizar a nova faceta de uma cultura tecnologicamente mediada” (p. 190). Sob esses aspectos, em que se tangenciam os usuários, também seguem micro ordens sob o manto da força hegemônica, que define identidades padronizadas e manipuladas.

Essa forma, produzida em “rede”, invade o mundo, a privacidade, os indivíduos e é composta por algoritmos da chamada Inteligência Artificial, que possui e coloca os sujeitos como cidadãos da informação em diferentes “bolhas” próprias, imprimindo sobre todos uma

subjetividade aparentemente diferenciada por seus interesses, mas obediente quanto a forma.

Esse modelo de sociabilidade distanciada do encontro físico presencial, que a cultura digital proporciona com a realidade conferida pela atuação das tecnologias que permitem às máquinas cumprirem tarefas específicas e complexas com a similaridade do pensamento humano, também denominada Inteligência Artificial. Para Sichman (2021), “Trata-se certamente de um ramo da ciência/engenharia da computação, e portanto visa desenvolver sistemas computacionais que solucionem problemas. Para tal, utiliza um número diverso de técnicas e modelos, dependendo dos problemas abordados” (p. 38).

Além das inteligências artificiais, os estímulos ópticos e auditivos permitem aos sujeitos uma interação que reedita os vínculos da vida *on-line* permeada por uma reconstrução fictícia da vida quanto se configura como realidade. Evidentemente essa cisão da vida social promove mudanças cognitivas e, entre elas, a não necessidade de autenticidade, pois basta um elemento para que os sujeitos se identifiquem com algo e possam conviver com as “novas” possibilidades de adesão (Adorno, 2020b).

Embora a gama de possibilidades para a informação estejam dadas, Koselleck (2020) destaca que o progresso da modernidade se impõe como uma nova roupagem e afirma que: “[...] a despeito da sua pretensão universal – repercute apenas uma experiência parcial que permanece consistente em si mesma” (p. 189). A vida assim regulada, em que a

experiência não mais proporciona autonomia e liberdade concreta em relação à dominação, coloca em risco a educação para a formação da consciência emancipada, ou seja, uma meta concreta com vistas a continuação da vida – a educação crítica e autocrítica.

Com efeito, observa-se que na cultura digital a vida *on-line* dos sujeitos apresenta relações que rompem as formas éticas da vida social, como se fosse uma arena de disputas. Os indivíduos postam suas vantagens em ampla competitividade, se submetem aos rótulos sem qualquer parâmetro e constroem filtros para editar imagens de si, as quais consideram o espelho ideal, além das edições de vídeos que reinstauram momentos históricos vividos de modo atemporal como se pudesse presentifica-los.

Para a psicanálise, segundo Freud (2010), os indivíduos narcísicos vivem no cerne das pequenas diferenças, aquelas que promovem ressentimentos muito maiores do que as grandes diferenças. O narcisismo para o reconhecimento de si mesmo se manifesta como um mecanismo de defesa, impossibilitando atingir a autonomia emocional. Assim, a cultura digital alimenta a cultura do narcisismo. Sob a aparência de diversidade, considerando apenas as pequenas diferenças, indaga-se: como é que o indivíduo abriria mão de seu eu fetichizado, na tentativa de alcançar um Eu ideal para lidar com o outro na sua diferença subjetiva? Tanto a educação como a comunicação precisam refletir sobre esses aspectos.

Com a invenção da cidade a existência da vida privada foi grandemente invadida pela vida pública, como apresentou Benjamin (2012), em que a casa se torna apenas um local onde se sai para a rua, embora, no século XXI, com o surgimento das questões sanitárias relativas à pandemia mundial, exigiu-se o distanciamento necessário à preservação da vida, essa possibilidade poderia ser interdita. No entanto, a vida *on-line* se impôs como a possibilidade de “sair para a rua” e para qualquer lugar, ela se espalha para saber de toda a cidade, pela casa e pelo planeta. O tempo livre e o trabalho se interpenetram, assim como o real e o virtual. “A porosidade é a lei inesgotável dessa vida, a ser redescoberta. Um grão do domingo se esconde em todo dia de semana, e quantos dias de semana nesse domingo!” (Benjamin, 2012, p. 152).

Assim, se a aparente autonomia do sujeito em relação a vida *on-line* se apresenta como a via de mão única, a máquina não abarca a condição de habilidade que podemos ter com ela, mas o quanto aos seres humanos, em sua sujeição voluntária, já delegou-se a máquina funções sociais, cognitivas, discursivas que não interessa mais aos indivíduos realizar. Quem seria, então, a autoridade nesse processo, compreendendo que esse conceito pressupõe autonomia?

Segundo Adorno (2009, p. 91), “experiência seria justamente a unidade entre tradição e anseio pelo desconhecido”. A grandeza desta, longe de uma vivência, está em manifestar o que a ideologia esconde se passando como verdade, ou seja, uma consciência que possibilita

ressignificação, demarcando uma exigência de verdade no âmbito dos valores éticos, estéticos e a necessária reflexão para que a consciência não deixe conduzir por critérios pautados pela educação crítica. Cabe conferir à autoridade o desafio sobre esse avanço do progresso.

Nesses termos, a escola, sendo o principal espaço institucional da educação, deve ser o principal *locus* de resistência no sentido de sua própria resignificação, ainda que tenha se configurado em seu modelo *on-line* de ensino e esteja sob o crivo da apologia superficial dos currículos educacionais. Guardadas devidas proporções, o avanço da cultura digital deve encontrar o movimento de resignificação para que ao aspirar a grandeza de ser pelo progresso, que este seja a aspiração da condição de liberdade do eu consciente, considerando o imperativo da existência e de se fazer existir.

O desafio educacional está em propor constantes reflexões sobre os conteúdos que a cultura oferece, problematizando o que é estabelecido e considerando o movimento que a experiência crítica requer para que se possa “ouvir a canção coletiva” fomentadora de reflexão e não a instrumentalização da cópia do modelo proposto, pois é no interior de todo indivíduo que existe um “nós”. Mas se o sujeito se encontra cindido, cabe iniciar o empreendimento da “via de mão única” da cultura digital, as “vicinais” no seu interior para proporcionar o convite à experiência da memória, da narrativa, da reelaboração, de retomar a dialética para que a história seja feita à

contrapelo e a comunicação seja capaz de romper as portas da mera informação e problematizar a vida de modo crítico dialético.

Referências

- ADORNO, T. L. W. **ASPECTOS DO NOVO RADICALISMO DE DIREITA**. TRAD. FELIPE CATALANI. SÃO PAULO: UNESP, 2020A.
- ADORNO, T. L. W. **INDÚSTRIA CULTURAL**. TRAD. VINICIUS MARQUES PASTORELLI. SÃO PAULO: UNESP, 2020B.
- ADORNO, T. L. W. **DIALÉTICA NEGATIVA**. TRAD. MARCO ANTÔNIO CASANOVA. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 2009.
- ADORNO, T. L. W. **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO**. TRAD. WOLFGANG LEOMAR: PAZ E TERRA, 1995A.
- ADORNO, T. L. W. **PALAVRAS E SINAIS: MODELOS CRÍTICOS 2**. TRAD. MARIA HELENA RUSCHEL. PETRÓPOLIS: VOZES, 1995B.
- ADORNO, T. L. W. HORKHEIMER, M. **DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: FRAGMENTOS FILOSÓFICOS**. TRAD. GUIDO ANTÔNIO DE ALMEIDA. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 1985.
- ADORNO, T. L. W. HORKHEIMER, M. **TEMAS BÁSICOS DA SOCIOLOGIA**. TRAD. ÁLVARO CABRAL. SÃO PAULO: EDITORA CULTRIX E UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1973.
- ANTUNES, D. C.; MAIA, A. F. BIG DATA, EXPLORAÇÃO UBÍQUA E PROPAGANDA DIRIGIDA: NOVAS FACETAS DA INDÚSTRIA CULTURAL. **PSICOLOGIA USP**, v. 29, n. 2, p. 189–199, 2018.
- BENJAMIN, W. **RUA DE MÃO ÚNICA**. 6. ED. TRAD. DE RUBENS RODRIGUES TORRES FILHO E JOSÉ CARLOS MARTINS BARBOSA, REVISÃO TÉCNICA DE M. SELIGMANN-SILVA. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2012.
- DUECK, G. **WILD DUCK. EMPIRISCHE PHILOSOPHIE DER MENSCH-COMPUTER-VERNETZUNG**. BERLIN AND HEIDELBERG: SPRINGER, 2013.
- FREUD, S. INTRODUÇÃO AO NARCISISMO, ENSAIOS DE METAPSIKOLOGIA E OUTROS TEXTOS [1914- 1916]. IN: FREUD, SIGMUND. **OBRAS COMPLETAS**. TRAD. PAULO CÉSAR DE SOUZA. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2010.
- HOBBSAWM, ERIC. **A ERA DAS REVOLUÇÕES [1789-1848]**. TRAD. SIENI MARIA CAMPOS E YOLANDA STEIDEL DE TOLEDO. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2005.
- KANT, I. **CRÍTICA DA RAZÃO PURA OS PENSADORES VOL. I**. SÃO PAULO: NOVA CULTURAL, 1987.

KOSELLECK, R. **HISTÓRIAS DE CONCEITOS**. TRAD. MARKUS HEDIGER. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO, 2020.

MAU, S. **THE METRIC SOCIETY: ON THE QUANTIFICATION OF THE SOCIAL**. CAMBRIDGE: POLITY PRESS, 2019.

SICHMAN, J. S. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SOCIEDADE: AVANÇOS E RISCOS**. REV. ESTUDOS AVANÇADOS, N. 35, MARÇO, 2021.

ZUIN, A. A. S. **SOBRE A ATUALIDADE DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL**. REV. CADERNO SEDES, ANO XXI, N. 54, AGOSTO 2001.

ZUIN, A. A. S.; ZUIN, V. G. A INDÚSTRIA CULTURAL, A SEMIFORMAÇÃO E A REVOLUÇÃO MICROELETRÔNICA. IN: LASTÓRIA, L. A. C. N.; MAIA, A. F. ZUIN, A. A. S. (ORGS.) **TEORIA CRÍTICA E CULTURA DIGITAL: ASPECTOS EDUCACIONAIS E PSICOLÓGICOS**. SÃO PAULO: NANKIN, 2015.